



2º SIMULADO ESPECIAL

CNU

BLOCO TEMÁTICO 1

**Seguridade Social: Saúde, Assistência Social
e Previdência Social**

Pós-Edital

Simulado

2º Simulados Especial CNU (Bloco Temático 1)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **CNU**, cargo de **Bloco Temático 1 - Seguridade Social: Saúde, Assistência Social e Previdência Social**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/hVQYVQmVv5zsbeWe9>

01 - ABCDE	16 - ABCDE	31 - ABCDE	46 - ABCDE	61 - ABCDE	76 - ABCDE
02 - ABCDE	17 - ABCDE	32 - ABCDE	47 - ABCDE	62 - ABCDE	77 - ABCDE
03 - ABCDE	18 - ABCDE	33 - ABCDE	48 - ABCDE	63 - ABCDE	78 - ABCDE
04 - ABCDE	19 - ABCDE	34 - ABCDE	49 - ABCDE	64 - ABCDE	79 - ABCDE
05 - ABCDE	20 - ABCDE	35 - ABCDE	50 - ABCDE	65 - ABCDE	80 - ABCDE
06 - ABCDE	21 - ABCDE	36 - ABCDE	51 - ABCDE	66 - ABCDE	81 - ABCDE
07 - ABCDE	22 - ABCDE	37 - ABCDE	52 - ABCDE	67 - ABCDE	82 - ABCDE
08 - ABCDE	23 - ABCDE	38 - ABCDE	53 - ABCDE	68 - ABCDE	83 - ABCDE
09 - ABCDE	24 - ABCDE	39 - ABCDE	54 - ABCDE	69 - ABCDE	84 - ABCDE
10 - ABCDE	25 - ABCDE	40 - ABCDE	55 - ABCDE	70 - ABCDE	85 - ABCDE
11 - ABCDE	26 - ABCDE	41 - ABCDE	56 - ABCDE	71 - ABCDE	86 - ABCDE
12 - ABCDE	27 - ABCDE	42 - ABCDE	57 - ABCDE	72 - ABCDE	87 - ABCDE
13 - ABCDE	28 - ABCDE	43 - ABCDE	58 - ABCDE	73 - ABCDE	88 - ABCDE
14 - ABCDE	29 - ABCDE	44 - ABCDE	59 - ABCDE	74 - ABCDE	89 - ABCDE
15 - ABCDE	30 - ABCDE	45 - ABCDE	60 - ABCDE	75 - ABCDE	90 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/d6LK>

CONHECIMENTOS GERAIS**DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO***Nelma Fontana*

1. A respeito da dignidade da pessoa humana e sobre o papel das escolas no combate às discriminações por gênero e orientação sexual, com base no entendimento do STF, julgue os itens a seguir.

I. O STF reconheceu o dever constitucional das escolas públicas e particulares de coibir discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual, promovendo um ambiente educacional inclusivo e respeitoso.

II. O direito à educação deve ser interpretado de forma restrita, limitando-se a garantir o acesso ao ensino formal, sem incluir políticas de combate à discriminação e promoção da igualdade de gênero.

III. A decisão do STF destacou que o Estado tem o dever de agir positivamente para implementar políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de gênero e orientação sexual no ambiente educacional.

IV. A omissão da menção expressa ao combate à homotransfobia no Plano Nacional de Educação não afasta a obrigação das instituições de ensino de adotarem medidas contra a discriminação, pois essa proteção decorre diretamente da Constituição.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I e II estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

2. Saúde é direito fundamental consagrado no artigo 6º da Constituição Federal. Trata-se de direito de todos e dever do Estado. Sobre os critérios para o fornecimento de medicamentos não incorporados na política pública do SUS, assinale a alternativa correta

a) O STF decidiu que todas as demandas sobre fornecimento de medicamentos, independentemente do valor do tratamento e da existência de registro na ANVISA, devem tramitar exclusivamente na Justiça Estadual.

b) O STF decidiu que o Poder Judiciário pode determinar o fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS sem a necessidade de analisar o ato administrativo da Conitec sobre a negativa de incorporação.

c) O STF determinou que a União não possui responsabilidade financeira em ações judiciais relacionadas ao fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS, sendo tal obrigação exclusiva dos Estados e Municípios.

d) O STF considerou inconstitucional qualquer forma de ressarcimento da União aos Estados e Municípios em casos de fornecimento de medicamentos determinados judicialmente.

e) O STF estabeleceu que as ações que envolvem medicamentos não incorporados ao SUS, mas com registro na ANVISA, devem tramitar na Justiça Federal, quando o valor do tratamento anual for igual ou superior a 210 salários-mínimos.

DESAFIOS DO ESTADO DE DIREITO*Alessandra (Alê) Lopes*

3. Os conceitos fundamentais do Estado moderno estão intimamente relacionados ao modo como os indivíduos se organizam política e juridicamente. Entender a diferença entre soberania, governo, território e cidadania é essencial para compreender a estrutura do Estado contemporâneo.

Relacione os conceitos abaixo com suas respectivas definições:

1. Soberania
2. Governo
3. Território
4. Cidadania

- () Autoridade suprema e independente que o Estado possui para se autodeterminar e se organizar interna e externamente.
- () Conjunto de instituições e pessoas responsáveis pela direção do Estado e pela condução das políticas públicas.
- () Base física delimitada onde se estabelece a jurisdição de um Estado soberano.
- () Condição jurídica que permite a um indivíduo o exercício de direitos e o cumprimento de deveres perante um Estado.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- a) 1 – 2 – 3 – 4
- b) 2 – 3 – 4 – 1
- c) 1 – 3 – 2 – 4
- d) 4 – 2 – 1 – 3
- e) 2 – 4 – 3 – 1

4. A Constituição Federal de 1988 consagrou o modelo de Estado Democrático de Direito no Brasil. Esse modelo ultrapassa a noção meramente formal de legalidade e se ancora na soberania popular, na promoção dos direitos fundamentais e na participação ativa dos cidadãos na formulação, fiscalização e avaliação das políticas públicas.

À luz do conceito de Estado Democrático de Direito e das práticas associadas à participação e ao controle social, analise as afirmativas abaixo:

- I. O controle social implica que a sociedade civil possa acompanhar, avaliar e intervir nas ações do Estado, ainda que sem mecanismos institucionalizados, por meio de manifestações espontâneas e redes sociais.
- II. A participação social é uma diretriz do Estado Democrático de Direito, e se concretiza apenas por meio da eleição periódica de representantes nos Poderes Executivo e Legislativo.
- III. Conselhos gestores de políticas públicas são exemplos de instrumentos institucionais de controle social, que ampliam os canais de deliberação democrática.
- IV. O Estado Democrático de Direito exige que a legalidade se harmonize com os princípios da dignidade da pessoa humana, da transparência e da participação cidadã.

Assinale a opção correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

5. (...) O ato de relacionar direitos fundamentais com políticas públicas e, em especial, com políticas públicas de direitos sociais abre a porta à possibilidade de um maior controle ou intervenção judicial na ação governamental, sem violação da separação dos poderes, aumentando a transparência ao suscitar que mais cidadãos e organizações sociais possam recorrer ao Poder Judiciário sempre que o Poder Público não venha implementar políticas públicas constitucionalmente devidas ou realizar outras frontalmente contrárias ao texto constitucional. (Carvalho, 2019, p. 783). a utilização do Poder Judicial para solução de demandas individuais em oposição aos processos coletivos, na busca da efetivação de direitos e de políticas públicas, tem como consequência
- a) o afastamento da possibilidade de uma resposta estrutural do problema.
 - b) o fortalecimento do controle popular sobre as decisões judiciais e administrativas.
 - c) a ampliação da participação cidadã nos espaços deliberativos do Judiciário.
 - d) a consolidação de políticas públicas de forma mais democrática e universal.
 - e) o aumento da efetividade das políticas públicas por meio de decisões individualizadas.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Stefan Fantini

6. Em relação às etapas clássicas que compõem o ciclo de políticas públicas, assinale a opção que não corresponde a uma dessas fases.
- a) Avaliação.
 - b) Tomada de decisão.
 - c) Implementação.
 - d) Formulação da política.
 - e) Prestação de contas.

7. Um gestor público precisa avaliar se vale a pena manter um programa que oferece bolsas de estudo no exterior. Ele decide converter tanto os custos (passagens, bolsas, taxas) quanto os benefícios (como aumento de renda dos bolsistas após retorno, impostos pagos, etc.), ambos em valores financeiros, para decidir se o investimento compensa. Nesse caso, ele está utilizando qual tipo de análise?

- a) Análise Efetividade-Custo.
- b) Análise Custo-Efetividade.
- c) Análise Benefício-Efetividade.
- d) Análise Custo-Benefício.
- e) Análise de Resultados Públicos.

8. O governo estadual lançou um programa que oferece óculos de grau gratuitamente para estudantes da rede pública. O projeto é financiado com recursos do orçamento do Estado e beneficia um grupo específico da população. Essa política pública é caracterizada como:

- a) Regulatória.
- b) Redistributiva.
- c) Efetividade-Custo.
- d) Distributiva.
- e) Estruturante.

9. Um programa estadual de alfabetização foi concluído após quatro anos de execução. Agora, os gestores querem verificar se os objetivos previstos foram alcançados, analisando os resultados do programa. Esse tipo de avaliação, realizada após a implementação, é conhecida como:

- a) Avaliação Concomitante.
- b) Avaliação In Itinere.
- c) Avaliação Ex Ante.
- d) Avaliação Ex Post.
- e) Avaliação Inicial.

10. No processo de construção da agenda governamental, os problemas públicos podem ser classificados conforme sua intensidade ao longo do tempo. Considerando essa tipologia, assinale a alternativa correta:

- a) O congestionamento progressivo nas grandes cidades, resultado do aumento da frota de veículos, é um exemplo clássico de problema cíclico.
- b) A descoberta de um grande esquema de corrupção, que provoca intensa mobilização da mídia e da opinião pública, representa um problema incremental.
- c) A redução contínua dos índices de analfabetismo no Brasil, após décadas de programas educacionais, é um exemplo de problema em declínio.
- d) A precariedade das escolas públicas, que se mantém praticamente com o mesmo nível de atenção e gravidade ao longo dos anos, caracteriza um problema súbito.
- e) O aumento de doenças respiratórias durante o outono e o inverno é um exemplo típico de problema incremental.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Rodrigo Bet

11. Durante o processo seletivo simplificado realizado por uma fundação pública, constatou-se que determinado candidato foi beneficiado por critérios subjetivos aplicados de forma desigual, em desacordo com as regras previamente estabelecidas no edital. Tal conduta resultou em favorecimento indevido, desvirtuando a finalidade pública do certame.

A violação relatada configura ofensa direta a qual princípio constitucional da Administração Pública?

- a) Moralidade.
- b) Publicidade.
- c) Impessoalidade.
- d) Eficiência.
- e) Razoabilidade.

ÉTICA E INTEGRIDADE

Stefan Fantini

12. Sobre a distinção entre Governança Pública e Gestão Pública, assinale a alternativa correta.

- a) A gestão pública foca em efetividade e economicidade e a governança pública foca em eficácia e eficiência.
- b) A governança pública tem função direcionadora, enquanto a gestão pública tem função realizadora.
- c) A gestão pública é responsável por avaliar e direcionar, enquanto a governança pública cuida da execução dos planos.
- d) Governança e gestão são funções operacionais idênticas no setor público.
- e) A gestão pública envolve avaliar, dirigir e monitorar, enquanto a governança pública envolve planejar, executar e controlar.

13. Com base no Decreto nº 9.203/2017, que estabelece a política de governança pública na administração pública federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. Integridade e transparência são princípios da governança pública.
- II. Liderança, estratégia e controle são mecanismos para o exercício da governança pública.
- III. Liderança, integridade e controle são princípios da governança pública.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I, II e III.

ÉTICA E INTEGRIDADE*Rodrigo Bet*

14. Uma autarquia federal determinou a imediata execução de um contrato administrativo para reforma em suas instalações, mas deixou de divulgar atos contratuais em meio oficial, o que impediu que os cidadãos e empresas interessadas tivessem ciência do ato. Apesar de o contrato ter sido regularmente realizado, a ausência dessa formalidade comprometeu sua eficácia.

Com base no caso descrito, assinale a alternativa que indica corretamente o princípio constitucional da Administração Pública que foi violado e cuja observância é requisito para a eficácia do ato administrativo.

- a) Legalidade.
- b) Moralidade.
- c) Eficiência.
- d) Publicidade.
- e) Impessoalidade.

15. A Controladoria de um órgão público federal está elaborando um relatório sobre o uso de verbas destinadas a programas sociais. Um dos critérios para validação das informações constantes nesse relatório é a garantia de que os dados foram extraídos diretamente da fonte, com elevado grau de detalhamento e sem qualquer tipo de modificação ou tratamento posterior.

No contexto da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), o atributo exigido da informação, conforme descrito acima, corresponde ao conceito de:

- a) Autenticidade.
- b) Disponibilidade.
- c) Integridade.
- d) Primariedade.
- e) Fidedignidade.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO NA SOCIEDADE*Géssica Ehle*

16. O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275 reconhecendo o direito à retificação do nome e do gênero no registro civil por pessoas transgênero, independentemente da realização de cirurgia de redesignação sexual, laudos médicos ou autorização judicial. Nos termos do Decreto nº 8.727/2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, é correto afirmar que

- a) a utilização do nome civil é absolutamente vedada, uma vez que o nome social o substitui em todos os registros do indivíduo independentemente de requerimento
- b) o nome civil poderá ser utilizado junto do nome social por órgão ou a entidade da administração pública federal direta, caso seja estritamente necessário ao atendimento do interesse público e à salvaguarda de direitos de terceiros
- c) a utilização do nome civil deverá ser abolida sempre que órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, apurarem que o indivíduo traz aparência que pressuponha se identificar como travesti ou transexual, evitando situações que possam ser discriminatórias
- d) o nome social da pessoa travesti ou transexual constará nos documentos oficiais, se requerido expressamente pelo interessado, substituindo o nome civil
- e) o uso do nome social serve para preservar o direito à identidade de gênero de uma pessoa, que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, guardando relação necessária com o sexo atribuído no nascimento

17. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) foi editada em Nova York, no dia 31 de março de 1981. Quanto as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres a CEDAW prevê que

- a) poderá haver demissões motivadas pelo estado civil, desde que resguardada indenização justa
- b) os Estados-Partes deverão implantar a licença de maternidade, com salário pago ou benefícios sociais comparáveis, podendo haver perda do emprego anterior e da antiguidade
- c) cada Estado-Parte promova o fornecimento de serviços sociais de apoio necessários para permitir que as mulheres, exclusivamente, consigam combinar as obrigações para com a família com as responsabilidades do trabalho
- d) caso mulheres em período de gestação optem por trabalho comprovadamente prejudicial a elas, os Estados-Partes poderão adotar medidas de desligamento e justa indenização
- e) Estados-Partes devem tomar todas as medidas para garantir que a educação familiar inclua uma compreensão adequada da maternidade como função social

18. Joana, servidora pública e mulher negra, praticante de religião de matriz africana, utiliza turbante diariamente como parte de sua expressão religiosa e cultural. Ao retornar ao trabalho após um período de férias, ela é surpreendida por uma nova normativa interna da repartição pública onde atua, a qual estabelece que “todos os servidores deverão manter o padrão estético e visual neutro, vedado o uso de adereços de cabeça que comprometam a identidade institucional do órgão”. Com base na Constituição Federal e na Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, é correto afirmar que:

- a) A normativa não configura violação de direitos, pois o órgão pode estabelecer normas de padronização visual dos seus servidores, desde que sem referência explícita a crenças religiosas ou grupos raciais
- b) A norma em questão configura discriminação racial e religiosa direta, pois menciona expressamente a proibição de símbolos africanos
- c) Trata-se de um exemplo de discriminação racial indireta, pois a norma, embora aparentemente neutra, impõe desvantagem desproporcional a pessoas negras de religiões afro-brasileiras, como é o caso de Joana, sem justificativa razoável
- d) Joana poderá ser obrigada a se adequar à norma, desde que a Administração Pública demonstre que o uso do turbante compromete a imagem institucional do local
- e) Joana sofre com uma manifestação de intolerância, pois trata-se de uma afronta direta a sua dignidade, total desprezo e desrespeito por suas convicções religiosas

19. Diante do atual paradigma assecuratório de Direitos Humanos, as pessoas com deficiência (PcDs) têm assegurada a plena capacidade civil, seja por normas internacionais de Direitos Humanos, como é o caso da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, seja por normas internas, como a Lei n. 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Paulo José é pessoa com deficiência intelectual e busca saber sobre alguns dos direitos que possui expressamente assegurados por Lei, de modo que incorreto o que se afirma em:

- a) Paulo José poderá casar-se e constituir união estável mediante apresentação de atestado de pleno gozo de suas capacidades
- b) a todas as pessoas com deficiência é assegurado o direito de exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária
- c) caso Paulo José tenha menos de 18 (dezoito) anos, poderá figurar como adotando e, caso completa a maioridade civil, poderia figurar também como adotante
- d) caso Paulo José deseje passar por procedimento de vasectomia não precisará estar curatelado para o ato
- e) A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto, para todos esses atos Paulo José, como pessoa com deficiência, preserva sua capacidade civil plena

20. A sociedade atual discute sobre a temática do envelhecimento saudável e quanto à longevidade nunca antes experienciada. Quanto aos direitos assegurados à pessoa idosa, analise os itens a seguir.

- I. A efetivação de direitos como o direito à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade e ao respeito deve ser assegurada pela família, a sociedade e o Estado, com absoluta prioridade.
- II. Um profissional de saúde que deixar de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra pessoa idosa de que tiver conhecimento cometerá crime a ser punido com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.
- III. Não constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Antônio Daud*

21. Gilvan, ao estudar sobre os sistemas estruturantes do Poder Executivo Federal, afirmou INCORRETAMENTE que o Sistema de:

- a) Integridade Pública possui como principal objetivo coordenar e articular as atividades relativas à integridade, além de aumentar a simetria de informações com a sociedade e estabelecer padrões para as práticas e medidas de integridade.
- b) Ouvidoria tem como finalidade principal coordenar as atividades de ouvidoria desenvolvidas pelos órgãos da administração pública federal, especialmente no tocante ao recebimento de manifestações.
- c) Correição tem por objetivo realizar atividades relacionadas à prevenção e à apuração de infrações funcionais, por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais.
- d) Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (TI) objetiva organizar a operação, controle, supervisão e coordenação dos recursos de TI.
- e) Controle Externo é responsável por avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, bem como por comprovar a legalidade e avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

22. Inocêncio, servidor efetivo de determinado órgão público federal, ao assumir a gestão de um novo departamento, foi instruído pelos seus superiores sobre a execução das atividades na Administração Federal, tendo sido falado INCORRETAMENTE que:

- a) A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.
- b) A descentralização deve ocorrer dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução.
- c) A descentralização deve ocorrer da Administração Federal para a das unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio.
- d) A descentralização deve ocorrer da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.
- e) Os serviços que compõem a estrutura central de direção devem permanecer liberados das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, permitindo-se a descentralização das atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Elisabete Moreira*

23. O modelo racional-legal, implantado no Brasil na tentativa de acabar com a corrupção e o nepotismo presentes no modelo de administração patrimonial, mostrou-se ineficaz no atendimento às demandas dos cidadãos, tornando-se necessário implementar um novo modelo de gestão que produzisse resultados efetivos para a sociedade. Acerca da evolução das reformas da administração e do serviço público no Brasil, marque a alternativa correta.

- a) A reforma do Estado gerencial mostrou-se eficaz na solução dos problemas socioeconômicos do país, pois estava orientada para o desenvolvimento e levou em consideração a necessidade de construção do Estado em novas bases.
- b) A reforma do Decreto-Lei n.º 200/1967 consolidou a centralização das atividades de produção de bens e serviços na administração direta, consagrando e racionalizando uma situação que já se delineava desde o governo de Juscelino Kubitschek.
- c) Em um modelo de gestão por resultados, o estabelecimento de objetivos e metas deve ser definido de forma discricionária pelo gestor público.
- d) Para produzir inovações eficazes, no que diz respeito ao governo e à sociedade digital, não se faz necessário dispor de quadros jurídicos que combinem mercados e redes, pois isso burocratizaria as iniciativas.
- e) Nas crises passadas ocorridas no Estado, a exemplo de terrorismos, finanças, catástrofes naturais, entre outras, houve a necessidade dos Centros de governo, como hierarquias, assumir a liderança na orientação dos mercados.

24. A Administração Pública brasileira tem buscado se adaptar às mudanças da sociedade e incorporou ferramentas e a orientação para o mercado com vistas a dar resultados ao cidadão. Levando em consideração o tema, analise as alternativas a seguir.

- I. Desde o final da década de 1970, começando no Reino Unido, com a primeira-ministra Margaret Thatcher, e nos Estados Unidos com o presidente Ronald Reagan, o modelo de *New Public Management* (NPM) ganhou impulso, baseado em teorias econômicas neoinstitucionalistas com transações entre principais e agentes, posteriormente, incorporado à agenda brasileira.
- II. O Estado Neoweberiano mantém uma parcela significativa do setor público e tem a hierarquia como o seu principal motor, não só dentro do setor público, mas também para orientar a sua metagovernança entre o setor público e o setor privado com e sem fins lucrativos.
- III. No Estado Neoweberiano, o papel da democracia representativa é substituída por uma série de dispositivos de consulta e de representação direta das opiniões dos cidadãos

Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta.

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III estão corretas.
- e) I, apenas.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Gabriela Zavadinack*

25. O Estado de Arco-Íris vem enfrentando dificuldades fiscais, com déficit orçamentário recorrente e aumento de sua dívida consolidada. Ao assumir o governo, a nova gestão decide implementar um programa de ajuste fiscal e de priorização de políticas públicas com base em evidências. Para isso, o governador orienta que:

1. a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício seguinte estabeleça critérios mais rígidos para limitação de empenho, defina metas fiscais compatíveis com a sustentabilidade da dívida e incorpore resultados das avaliações de políticas públicas já executadas.
2. a próxima Lei Orçamentária Anual (LOA) preveja recursos para programas cuja eficácia tenha sido comprovada nas avaliações, ainda que isso implique cortar iniciativas politicamente populares, mas ineficientes e ineficazes.
3. no Plano Plurianual (PPA), sejam incluídas metas plurianuais que considerem o cenário macroeconômico, bem como diretrizes para a política fiscal.

Considerando o disposto na Constituição Federal (CF) e na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), é correto afirmar que:

- a) Todas as medidas propostas são constitucionais e coerentes com a CF e com a LRF, pois integram planejamento de médio prazo (PPA), planejamento de curto prazo (LDO) e execução anual (LOA) de forma a alinhar políticas públicas a resultados e sustentabilidade fiscal.
- b) As medidas violam a CF e a LRF, pois a LDO não pode conter critérios para limitação de empenho nem considerar avaliações de políticas públicas, já que tais funções pertencem exclusivamente ao PPA.
- c) A LOA não pode selecionar programas com base em eficácia comprovada, devendo incluir todas as ações previstas no PPA, independentemente de

avaliação de resultados, sob pena de afronta ao princípio da universalidade orçamentária.

- d) Apenas as medidas propostas nos itens 1 e 2 são constitucionais e coerentes com a LRF e com a CF, visto que as diretrizes de política fiscal devem ser tratadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e não no Plano Plurianual, conforme orientação contida no item 3.
- e) A vinculação do planejamento orçamentário aos resultados de avaliação de políticas públicas é exigência exclusiva da LRF e não encontra previsão expressa no texto constitucional.

TRABALHO E TECNOLOGIA*Emannuelle Gouveia*

26. A incorporação de tecnologias digitais nos ambientes laborais tem provocado mudanças significativas nas relações de trabalho. Um dos principais efeitos dessas transformações, especialmente nas plataformas digitais e ambientes virtuais, é:

- a) A consolidação de empregos com carteira assinada, impulsionada pela regulamentação de startups.
- b) A crescente aplicação de regimes de tempo integral com controle rígido de jornada.
- c) A emergência de modelos de trabalho baseados em algoritmos, com impacto direto na autonomia e remuneração dos trabalhadores.
- d) A extinção de trabalhos informais devido à transparência dos dados digitais.
- e) A substituição completa da mão de obra humana por agentes autônomos de inteligência artificial.

27. No contexto do setor público brasileiro, o uso de Inteligência Artificial (IA) tem sido estimulado como forma de ampliar a eficiência e a capacidade de atendimento ao cidadão. Entre os impactos positivos dessa adoção, destaca-se:

- a) A redução da participação social em decisões administrativas, delegando decisões inteiramente aos algoritmos.
- b) O fortalecimento do atendimento presencial em detrimento de canais digitais automatizados.
- c) A padronização de processos, aumento da celeridade e apoio à tomada de decisões com base em dados.
- d) A exclusividade de uso da IA apenas para fins de controle interno e auditoria de gastos.
- e) A substituição automática de servidores públicos em funções estratégicas, com eliminação de concursos.

28. A automação de processos por meio de Robotic Process Automation (RPA) tem sido adotada por órgãos públicos para aumentar a produtividade administrativa. Sobre essa prática, é correto afirmar que:

- a) Elimina a necessidade de revisão humana em processos críticos, devido à infalibilidade dos robôs.
- b) Está restrita a tarefas criativas e de alto grau de abstração, típicas de cargos estratégicos.
- c) É utilizada apenas em processos judiciais eletrônicos, como no âmbito do Poder Judiciário.
- d) Possui impacto direto na redução de retrabalho, tempo de execução e erros operacionais.
- e) Pressupõe o desligamento de servidores para compensar os investimentos em tecnologia.

29. A crescente adoção de sistemas baseados em inteligência artificial no setor público tem levantado preocupações quanto à sua aplicação em decisões administrativas. Entre os riscos a serem considerados, destaca-se:

- a) A obrigatoriedade de aprovação judicial para cada uso de algoritmos em serviços públicos.
- b) A possibilidade de reprodução de vieses discriminatórios presentes nos dados de treinamento.
- c) A total neutralidade e imparcialidade garantida por sistemas baseados em IA.
- d) A substituição automática de todos os processos burocráticos por decisões algorítmicas.
- e) A exclusividade do uso de IA apenas para atividades internas, sem impacto no cidadão.

30. Apesar dos ganhos de produtividade promovidos pelas novas tecnologias, sua adoção no setor público também pode gerar limitações institucionais. Um exemplo concreto de limitação a ser enfrentada é:

- a) O aumento da capacidade de armazenamento e processamento de dados públicos.
- b) A ampla digitalização dos serviços públicos essenciais para o cidadão.
- c) A melhoria nos fluxos de trabalho com uso de ferramentas de automação.
- d) A integração entre diferentes órgãos por meio de soluções interoperáveis.
- e) A carência de profissionais qualificados para implementar e manter soluções tecnológicas.

EIXO TEMÁTICO 1**SEGURIDADE SOCIAL***Anna Valéria Andrade*

31. Com base no contexto da origem das políticas sociais no Brasil, em que contexto institucional se consolidaram os chamados IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensões) e qual sua principal característica?

- a) Durante a República Velha (1889–1930), articulados ao movimento operário.
- b) No início da Era Vargas (1930–1934), apenas como instrumento de controle.
- c) A partir de 1933, como expansão das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPS), ligando previdência e assistência estatal.
- d) No governo Dutra (1946–1951), unificados sob a Constituição de 1946.
- e) Na década de 1960, vinculados à modernização tecnocrática do regime militar.

32. No contexto brasileiro, o chamado "Welfare State à brasileira" é caracterizado por:

- a) Implementação de políticas universais, sob a ótica dos direitos sociais, desde o início do século XX.
- b) Políticas focalizadas e assistencialistas, com base na universalização dos direitos pela Constituição de 1946.
- c) Desenvolvimento de políticas sociais amplas, baseadas no modelo keynesiano de proteção integral.
- d) Construção de um Estado de Bem-Estar Social estruturado a partir das legislações trabalhistas de Getúlio Vargas.
- e) Adoção de políticas fragmentadas, focalizadas e não universalizantes, com base em práticas clientelistas até a Constituição de 1988.

33. Sobre a relação entre a reestruturação produtiva e o desenvolvimento das políticas sociais nas últimas décadas do século XX, assinale a alternativa correta:

- a) A reestruturação produtiva elevou o número de empregos formais e promoveu a universalização dos direitos sociais nos países periféricos.
- b) A ampliação das políticas sociais nesse período foi impulsionada pelo crescimento dos sindicatos e pelo fortalecimento do modelo fordista-keynesiano.
- c) A reestruturação produtiva promoveu desemprego estrutural e precarização do trabalho, resultando em políticas sociais focalizadas e restritivas.
- d) O novo padrão produtivo valorizou a estabilidade do emprego e fortaleceu a atuação do Estado no campo social.
- e) A crescente automação do trabalho foi acompanhada de investimentos públicos maciços em políticas redistributivas nos países em desenvolvimento.

SEGURIDADE SOCIAL*Nilza Ciciliati*

34. Sobre o modelo de seguridade social adotado no Brasil, é correto afirmar que:

- a) A seguridade social no Brasil é um sistema híbrido, combinando características dos modelos bismarckiano e beveridgiano.
- b) O Brasil adota exclusivamente o modelo bismarckiano, com foco no caráter contributivo e benefícios proporcionais às contribuições.
- c) A saúde no Brasil é contributiva e acessível apenas aos trabalhadores formais, conforme o modelo bismarckiano.
- d) A assistência social no Brasil segue o modelo bismarckiano, sendo destinada apenas aos contribuintes formais.
- e) O modelo brasileiro é predominantemente beveridgiano, com cobertura universal e benefícios uniformes para todos os cidadãos.

35. Sobre os objetivos da Seguridade Social conforme disposto no artigo 194 da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Seguridade Social tem por objetivo principal a universalização dos benefícios exclusivamente para trabalhadores formais da iniciativa privada.
- b) Entre os princípios constitucionais da Seguridade Social está a centralização administrativa, com participação exclusiva do Estado nos órgãos gestores.
- c) A equidade na forma de participação no custeio significa que todos os cidadãos devem contribuir igualmente, independentemente de sua capacidade econômica.
- d) A gestão da Seguridade Social é democrática e descentralizada, realizada por meio de estrutura quadripartite com representação dos trabalhadores, empregadores, aposentados e do Governo.
- e) Os benefícios da Seguridade Social são concedidos de forma uniforme para todas as pessoas, independentemente de critérios seletivos ou distributivos.

36. Sobre a Assistência Social conforme prevista no artigo 203 da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A assistência social no Brasil é contributiva e vinculada ao INSS, sendo acessível apenas a trabalhadores que tenham contribuído previamente.
- b) A prestação da assistência social é restrita a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, conforme previsão constitucional.
- c) A assistência social integra a seguridade social e é destinada a todos que dela necessitarem, independentemente de contribuição prévia ao sistema.
- d) Os benefícios assistenciais são concedidos apenas àqueles que estejam empregados ou integrados ao mercado formal de trabalho.

- e) A habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência não está prevista como objetivo da assistência social na Constituição Federal, mas sim da previdência social.

SEGURIDADE SOCIAL

Rubens Mauricio

37. As contribuições sociais destinadas ao financiamento da Seguridade Social, após serem instituídas ou majoradas por lei, somente poderão ser exigidas:

- a) Imediatamente após a publicação da lei que as instituiu ou modificou.
- b) Após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o princípio da anterioridade anual.
- c) No exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei, sem exceções.
- d) Após cento e oitenta dias da data da assinatura da lei.
- e) Apenas após a regulamentação por decreto do Poder Executivo.

38. A administração da Seguridade Social, conforme a Constituição Federal, é caracterizada como:

- a) Centralizada e bipartite, com a participação do governo e dos trabalhadores.
- b) Democrática e descentralizada, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- c) Tripartite, envolvendo exclusivamente trabalhadores, empregadores e o Poder Público federal.
- d) Monocrática, com decisões tomadas por uma única autoridade central.
- e) Exclusivamente de iniciativa dos Poderes Públicos, sem qualquer participação da sociedade civil.

39. A contribuição social patronal devida pelo empregador doméstico incidente sobre o salário de contribuição do empregado doméstico a seu serviço, para o financiamento da Seguridade Social, é de:

- a) 11% (onze por cento) do salário de contribuição.
- b) 20% (vinte por cento) do salário de contribuição, incluindo o financiamento para acidentes de trabalho.
- c) 8% (oito por cento) para a seguridade social mais 0,8% (oito décimos por cento) para o financiamento do seguro contra acidentes de trabalho.
- d) 8% (oito por cento) apenas, sem qualquer percentual adicional para seguro contra acidentes de trabalho.
- e) 3,2% (três vírgula dois por cento) referente à reserva indenizatória para a multa do FGTS.

40. A contribuição do segurado especial para a Seguridade Social ocorre mediante a aplicação de uma alíquota sobre:

- a) O salário de contribuição, conforme tabela progressiva.
- b) O salário-mínimo, com alíquota de 5% ou 11%, se optar pela exclusão da aposentadoria por tempo de contribuição.
- c) A remuneração auferida em uma ou mais empresas, observados os limites máximo e mínimo.
- d) O faturamento ou lucro da empresa a que presta serviço.
- e) A receita bruta da comercialização de sua produção rural.

41. A União, buscando expandir a cobertura da Seguridade Social, propõe a criação de uma nova contribuição social. Essa contribuição teria como fato gerador o lucro das empresas, já utilizado para a CSLL. Conforme as regras para a instituição de contribuições sociais residuais, essa nova contribuição:

- a) É constitucional, desde que instituída por lei ordinária e seja não-cumulativa.
- b) É constitucional, pois a União tem competência residual para criar novas fontes de custeio, independentemente do fato gerador.
- c) É constitucional, mas somente se for instituída por medida provisória em caso de urgência e relevância.
- d) É inconstitucional, pois não poderá ter fato gerador igual ao de contribuições sociais já discriminadas na Constituição.
- e) É inconstitucional, pois as contribuições residuais só podem ter base de cálculo e fato gerador idênticos aos de impostos discriminados na CF, não às contribuições sociais existentes

42. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta. Além dos recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ela é financiada mediante contribuições sociais, incluindo as incidentes sobre:

- a) Exclusivamente a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos à pessoa física.
- b) A folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos à pessoa física, a receita ou o faturamento, o lucro das empresas, a receita de concursos de prognósticos e do importador de bens ou serviços do exterior, dentre outras.
- c) A receita de concursos de prognósticos, mas não a contribuição do importador de bens ou serviços do exterior.
- d) O lucro das empresas, mas não sua receita ou faturamento.
- e) Apenas os orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

EIXO TEMÁTICO 2**SAÚDE***Guilherme Gasparini*

43. A tuberculose é facilmente transmitida por aerossóis através das vias aéreas do hospedeiro. Um paciente sintomático respiratório e contaminado pelo Bacilo de Koch mantém a cadeia de transmissão da doença por muito tempo, aumentando sua incidência e preocupação à saúde pública.

Assinale a alternativa que corresponda corretamente ao período de notificação compulsória recomendado e o esquema básico de tratamento indicado pelo Ministério da Saúde, respectivamente:

- a) A tuberculose é uma doença de notificação compulsória mensal, sendo seu tratamento realizado pelas seguintes medicações: R – Rifampicina; H- Isoniazida; Z – Pirazinamina.
- b) A tuberculose é uma doença de notificação compulsória semanal, sendo seu tratamento realizado pelas seguintes medicações: R – Rifampicina; H- Isoniazida; E – Etambutol.
- c) A tuberculose é uma doença de notificação compulsória semanal, sendo seu tratamento realizado pelas seguintes medicações: R – Rifampicina; H- Isoniazida; Z – Pirazinamina; E – Etambutol.
- d) A tuberculose é uma doença de notificação compulsória mensal, sendo seu tratamento realizado pelas seguintes medicações: R – Rifampicina; H- T - Terizidona – Pirazinamina; E – Etambutol
- e) A tuberculose é uma doença de notificação compulsória diária, sendo seu tratamento realizado pelas seguintes medicações: R – Rifampicina; H- Isoniazida; Z – Pirazinamina; E – Etambutol.

44. Complete as lacunas abaixo e assinale a alternativa correspondente.

A janela imunológica do vírus HIV corresponde ao período entre a infecção até a soroconversão. Este período corresponde a cerca de ____ dias. Em caso de risco de exposição ao vírus HIV, a Profilaxia Pós Exposição (PEP) é indicada. Neste caso, PEP deve ser iniciada idealmente em ____ horas ou em até ____ horas.

- a) 30; 2; 72
- b) 30; 24; 96
- c) 15; 6; 72
- d) 2; 48; 96
- e) 10; 24; 48

45. Assinale a alternativa que corresponda corretamente a três sinais de alarme da Dengue:

- a) Dor abdominal intensa, vômito persistente e cefaleia.
- b) Hipotensão postural, sangramento de gengiva e dor abdominal leve.
- c) Febre alta, sangramento grave e hipotensão postural.
- d) Hematócrito elevado, sangramentos e vômito persistente.
- e) Pulso fraco, extremidade fria e taquicardia.

SAÚDE*Breno Caldas*

46. A Política Nacional de Humanização (PNH) do Sistema Único de Saúde (SUS) tem como finalidade qualificar as práticas de atenção e gestão por meio da valorização do trabalho e do cuidado em saúde. Com base nos eixos estruturantes da PNH, assinale a alternativa correta:

- a) No eixo das instituições do SUS, propõe-se que a PNH faça parte dos planos estaduais e municipais dos governos, como já faz do Plano Nacional de Saúde e dos Termos de Compromisso do Pacto Pela Saúde.
- b) No eixo da informação/comunicação, propõe-se a promoção de ações que assegurem a participação dos trabalhadores nos processos de discussão e decisão, fortalecendo e valorizando os trabalhadores, sua motivação, seu desenvolvimento e seu crescimento profissional.
- c) No eixo gestão do trabalho, propõe-se uma política incentivadora de ações integrais, promocionais e intersetoriais de saúde, inovando nos processos de trabalho que busquem o compartilhamento dos cuidados, resultando em aumento da autonomia e protagonismo dos sujeitos envolvidos.
- d) No eixo da gestão da PNH, indica-se por meio de ação da mídia e discurso social amplo a inclusão da PNH no debate da saúde.
- e) No eixo da atenção, propõem-se práticas de planejamento, monitoramento e avaliação, baseadas em seus princípios, diretrizes e dispositivos, dimensionando seus resultados e gerando conhecimento específico na perspectiva da Humanização do SUS.

47. Assinale a alternativa correta, de acordo com o disposto por meio da Portaria nº 2.690, de 5 de novembro de 2009, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde:

- a) Na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e na Agência Nacional de Saúde

Suplementar (ANS) as diretrizes desta Política terão caráter obrigatório e as ações articuladas serão subsidiadas por um Grupo de Trabalho Permanente de Avaliação de Tecnologias em Saúde, coordenado pelo Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT).

- b) No Sistema Único de Saúde, a Política Nacional de Gestão de Tecnologias de Saúde será implementada à luz dos princípios de universalidade, equidade e integralidade.
- c) É objetivo geral da Política Nacional de Gestão de Tecnologias de Saúde utilização de evidências científicas para subsidiar a gestão por meio da avaliação de tecnologias em saúde.
- d) Para fins desta Política, define-se avaliação de tecnologias em saúde como o conjunto de atividades gestoras relacionadas com os processos de avaliação, incorporação, difusão, gerenciamento da utilização e retirada de tecnologias do sistema de saúde.
- e) A Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde obedecerá a diretriz “promover o uso do conhecimento técnico-científico atualizado no processo de gestão de tecnologias em saúde”.

SAÚDE*Lígia Carvalheiro Fernandes*

48. Em saúde, o termo “tecnologia” vai muito além de máquinas e equipamentos. O autor Ricardo Bruno Mendes propõe uma classificação da tecnologia no cuidado em saúde: tecnologia leve, tecnologia leve-dura e tecnologia dura. Trata-se de um exemplo sobre tecnologia leve:

- a) Conhecimento técnico-científico
- b) Protocolos clínicos
- c) Acolhimento
- d) Estrutura Física
- e) Equipamento diagnóstico

49. De acordo com a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/90) que regulamenta o trecho constitucional acerca do Sistema Único de Saúde (SUS), em observância ao artigo sexto, a formulação e a execução da política de informação e assistência toxicológica e de logística de antídotos e medicamentos utilizados em intoxicações se refere a um:

- a) Objetivo do SUS
- b) Princípios do SUS
- c) Diretrizes do SUS
- d) Campo de atuação do SUS
- e) Intenções do SUS

50. Em uma unidade de assistência à saúde, na seção de unidade de terapia intensiva, houve a necessidade de decidir qual paciente utilizaria o único respirador disponível, sendo um dos pacientes um rapaz de 25 anos, com bom prognóstico de recuperação e outro paciente com 88 anos com diversas comorbidades graves associadas. A decisão sobre qual paciente receberá o respirador levanta um complexo dilema ético, que, ao focar na distribuição justa e equitativa dos recursos, remete diretamente a qual princípio da bioética?

- a) Autonomia
- b) Beneficência
- c) Não maleficência
- d) Justiça
- e) Fidelidade

51. Entende-se como Atenção Especializada o conjunto de conhecimentos, práticas assistenciais, ações, técnicas e serviços envolvidos na produção do cuidado em saúde marcados, caracteristicamente, por uma maior densidade tecnológica. São dimensões dessa política:

- a) atenção primária, especializada e hospitalar
- b) sistêmica, articulada e descentralizada

- c) comunicação terapêutica, profissional e sistêmica
- d) transparência, acolhimento e resolutividade
- e) sistêmica, organizacional e profissional

SAÚDE

Thaysa Vianna

52. De acordo com as recomendações atuais sobre a vacinação contra a dengue com a vacina Qdenga, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A vacina Qdenga é indicada para crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, faixa etária com maior risco de agravamento da doença.
- b) O esquema vacinal da Qdenga é composto por duas doses, com intervalo de 90 dias entre elas.
- c) Pessoas que já tiveram dengue não devem se vacinar, pois o imunizante é indicado apenas para soronegativos.
- d) A Qdenga é um imunizante tetravalente produzido a partir do vírus vivo atenuado, ou seja, do micro-organismo infectado, mas enfraquecido.
- e) A vacina Qdenga é contraindicada para gestantes, lactantes e pessoas com imunodeficiência, por se tratar de um imunizante com vírus vivo atenuado.

53. De acordo com o Manual de Rede de Frio do Ministério da Saúde, qual é a faixa de temperatura adequada para o armazenamento de imunobiológicos, e qual é a temperatura ideal de controle?

- a) Entre 0°C e +10°C, sendo a temperatura ideal de +4°C.
- b) Entre +2°C e +8°C, com temperatura ideal de +5°C.
- c) Entre -2°C e +6°C, com temperatura ideal de +2°C.
- d) Entre +1°C e +7°C, sendo a temperatura ideal de +3°C.
- e) Entre -5°C e +5°C, com temperatura ideal de 0°C.

54. Uma mulher grávida, na 28ª semana de gestação, procurou atendimento em uma unidade de saúde apresentando sinais clínicos compatíveis com possível infecção por Sífilis.

Considerando os dispositivos legais que regulamentam a notificação compulsória de doenças e agravos no Brasil, assinale a alternativa que indica corretamente o prazo para a notificação neste caso:

- a) sete dias após a suspeita clínica.
- b) sete dias após a confirmação clínica.
- c) sete dias após a confirmação laboratorial.
- d) em até 24 horas a partir da confirmação laboratorial.
- e) em até 24 horas após a suspeita clínica.

EIXO TEMÁTICO 3

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nilza Ciciliati

55. Antônio, 67 anos, reside com sua filha, Ana, pessoa com deficiência que recebe um benefício de prestação continuada no valor de um salário-mínimo. João não possui qualquer fonte de renda e depende financeiramente de Ana. Ele solicitou o Benefício de Prestação Continuada (BPC) junto ao INSS. Nesse caso hipotético, é correto afirmar que:

- a) Antônio tem direito ao BPC apenas se Ana renunciar ao benefício previdenciário que recebe.
- b) Antônio tem direito ao BPC, pois o benefício de Ana não será considerado no cálculo da renda familiar.
- c) Antônio não tem direito ao BPC, pois o benefício de Ana ultrapassa o limite de renda familiar permitido.
- d) Antônio não tem direito ao BPC, pois Ana já recebe um benefício assistencial.
- e) Antônio tem direito ao BPC apenas se comprovar que possui deficiência, além de ser idoso.

56. Carlos é pessoa com deficiência que recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Conseguiu uma oportunidade de exercer atividade remunerada com renda de um salário-mínimo e meio. Após iniciar em seu novo emprego formal, ele solicitou o Auxílio-Inclusão ao INSS. Nesse caso hipotético, é correto afirmar que:

- a) Carlos tem direito ao Auxílio-Inclusão, mas o BPC será suspenso enquanto ele estiver empregado.
- b) Carlos não tem direito ao Auxílio-Inclusão, pois este benefício é exclusivo para idosos.
- c) Carlos não tem direito ao Auxílio-Inclusão, pois já recebe o BPC.
- d) Carlos tem direito ao Auxílio-Inclusão, que será pago cumulativamente com o BPC.
- e) Carlos tem direito ao Auxílio-Inclusão, desde que renuncie ao BPC.

57. Maria, mãe solteira e desempregada, reside com seus dois filhos menores de idade em uma casa alugada. Após perder todos os seus bens em uma enchente, ela solicitou benefícios eventuais junto à assistência social do município. Nesse caso hipotético, é correto afirmar que:

- a) Maria tem direito aos benefícios eventuais apenas se comprovar que possui filhos com deficiência.
- b) Maria tem direito aos benefícios eventuais, desde que comprove renda familiar inferior a 1/4 do salário-mínimo.
- c) Maria não tem direito aos benefícios eventuais, pois eles são exclusivos para pessoas com deficiência.
- d) Maria não tem direito aos benefícios eventuais, pois eles são pagos exclusivamente pelo INSS.
- e) Maria tem direito aos benefícios eventuais, que são concedidos em situações de vulnerabilidade temporária, como desastres naturais.

58. De acordo com o modelo biopsicossocial de avaliação da deficiência adotado no Brasil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A avaliação da deficiência considera exclusivamente os impedimentos físicos presentes na estrutura corporal do indivíduo.
- b) O assistente social avalia apenas se a pessoa com deficiência possui vínculo empregatício e renda compatível para acesso a benefícios assistenciais.
- c) A avaliação é realizada por equipe especializada exclusivamente na área da medicina pericial.
- d) A limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação são elementos considerados na avaliação biopsicossocial.
- e) Apenas os fatores socioambientais ou pessoais são considerados na avaliação biopsicossocial, excluindo aspectos psicológicos.

59. Sobre os conceitos de acessibilidade, desenho universal, tecnologia assistiva e barreiras conforme estabelecidos pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa CORRETA:

- a) O desenho universal refere-se à adaptação posterior dos espaços urbanos e rurais para atender às pessoas com deficiência.
- b) Barreiras arquitetônicas dizem respeito aos obstáculos presentes em ruas, calçadas e praças públicas.
- c) A tecnologia assistiva é um recurso exclusivo para pessoas com deficiência visual e auditiva.
- d) A acessibilidade busca promover autonomia por meio de adaptações que garantam o uso dos espaços por todas as pessoas, inclusive com deficiência.
- e) A Lei de Inclusão considera apenas os impedimentos físicos como barreiras para a participação social.

60. De acordo com as diretrizes do processo de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A habilitação e a reabilitação são ações facultativas e restritas ao sistema privado de saúde.
- b) O processo de habilitação e reabilitação deve contemplar medidas que visem promover o desenvolvimento das potencialidades da pessoa com deficiência.
- c) A prestação de serviços para habilitação e reabilitação deve ocorrer preferencialmente em capitais e grandes centros urbanos, onde há maior infraestrutura.
- d) O processo de reabilitação prioriza exclusivamente a atuação médica e dispensa o envolvimento de outros profissionais.
- e) A avaliação realizada no processo de habilitação deve considerar apenas aspectos físicos e cognitivos, excluindo fatores sociais e ambientais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Anna Valéria Andrade

61. Com base na NOB-SUAS/2012, assinale a alternativa que apresenta exclusivamente princípios organizativos do SUAS:

- a) Universalidade, equidade, intersetorialidade, efetividade, matricialidade.
- b) Universalidade, intersetorialidade, equidade, integralidade da proteção social, gratuidade do acesso.
- c) Eficiência, matricialidade, territorialização, equidade, efetividade das ações.
- d) Universalidade, responsabilidade estatal, intersetorialidade, democracia, transparência na gestão dos recursos da assistência social.
- e) Equidade, eficácia das atividades, controle social, intersetorialidade, democracia.

62. A inserção da Assistência Social no campo da Seguridade Social, a partir da Constituição de 1988 e da LOAS, alterou profundamente seu caráter histórico. Considerando essa mudança paradigmática e a normatização da NOB-SUAS/2012, assinale a alternativa correta:

- a) A Assistência Social deixou de integrar a Seguridade Social com a criação do SUAS, pois passou a operar exclusivamente como política de transferência de renda para a população em extrema pobreza.
- b) A concepção de Assistência Social como direito rompeu com a lógica contributiva, mas manteve a vinculação a critérios obrigatórios de contrapartida dos beneficiários.
- c) O SUAS reafirma a Assistência Social como política de Seguridade Social, não contributiva, com financiamento vinculado exclusivamente aos recursos dos municípios e estados.
- d) A Assistência Social, conforme o SUAS, assume papel de proteção social pública, cuja oferta independe de contribuição prévia e deve ser financiada com recursos do orçamento da Seguridade Social.
- e) Com a NOB-SUAS/2012, a Assistência Social passa a ser compreendida como política complementar à filantropia privada e à atuação das organizações não governamentais.

63. A diretriz da matricialidade sociofamiliar, prevista na NOB-SUAS/2012, reorienta a política de assistência para o núcleo familiar e seu contexto territorial. Com base nisso, assinale a afirmativa correta:

- a) A matricialidade sociofamiliar limita-se à estruturação dos CRAS como unidades responsáveis pelo cadastramento de famílias no CadÚnico.
- b) A territorialização refere-se à divisão geográfica formal entre estados e municípios, sendo operacionalizada apenas no cofinanciamento.
- c) A proteção social ofertada pelo SUAS deve considerar o território como unidade organizativa,

reconhecendo nele as dinâmicas de risco e vulnerabilidade.

- d) A abordagem familiar é desnecessária nos serviços de média e alta complexidade, sendo restrita à proteção básica.
- e) A atenção ao território se restringe à identificação dos equipamentos físicos e à lógica de financiamento.

64. Sobre os mecanismos de gestão financeira e orçamentária do SUAS, conforme a NOB-SUAS/2012, assinale a alternativa que melhor representa os requisitos legais para acesso ao cofinanciamento federal:

- a) A existência do Plano de Assistência Social, da criação do Fundo de Assistência Social e de equipe técnica.
- b) A instituição e funcionamento do Conselho de Assistência Social, Plano de Assistência aprovado, Fundo legalmente criado e implantado, e alocação de recursos próprios no Fundo.
- c) A adesão ao Pacto de Aprimoramento do SUAS, diagnóstico socioterritorial atualizado e vinculação aos indicadores de gestão descentralizada.
- d) A comprovação da execução orçamentária do ano anterior, publicação do plano de metas quadrienal e manutenção do controle social participativo.
- e) A instituição da Vigilância Socioassistencial, elaboração de plano de capacitação e o funcionamento contínuo da rede socioassistencial pública.

ASSISTÊNCIA SOCIAL*Coimbra Almeida*

65. A respeito da abordagem multidimensional da pobreza e sua relação com os marcos estruturais da sociedade capitalista, assinale a alternativa correta:

- a) A pobreza multidimensional é caracterizada pela escassez de recursos naturais e pelo atraso tecnológico, sendo superada com o avanço da industrialização e da urbanização.
- b) A definição de pobreza enquanto categoria política e relacional desconsidera a ausência de renda como fator relevante, priorizando exclusivamente a análise cultural dos sujeitos.
- c) A pobreza é um fenômeno conjuntural, associado à incapacidade individual de consumo, que pode ser superado com programas emergenciais e compensatórios.
- d) A abordagem multidimensional entende a pobreza como expressão da negação de direitos e da exclusão social, sendo produzida pelas contradições do modo de produção capitalista.
- e) A superação da pobreza depende unicamente da elevação da renda per capita, pois o acesso a bens e serviços públicos está dissociado da lógica distributiva da sociedade.

66. Sobre os efeitos do receituário neoliberal nas políticas de enfrentamento à pobreza, é correto afirmar que:

- a) A focalização das políticas sociais visa garantir equidade por meio da oferta ampla e universal de direitos sociais a toda população.
- b) As medidas focalizadas representam o fortalecimento da cidadania plena, ao descentralizar recursos e ampliar o controle social.
- c) O paradigma neoliberal reforça o caráter universal das políticas públicas, promovendo justiça social e redistribuição de riquezas.
- d) A adoção de ações focalizadas sob a lógica neoliberal prioriza intervenções pontuais e

emergenciais, fragilizando o enfrentamento das causas estruturais da pobreza.

- e) O receituário neoliberal visa substituir o papel do Estado pela sociedade civil, garantindo maior efetividade na erradicação das desigualdades.

EIXO TEMÁTICO 4**NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO***Lilian Novakoski*

67. Assinale a alternativa correta acerca dos beneficiários da Previdência Social.

- a) Os segurados obrigatórios são aqueles que contribuem para o RGPS exclusivamente de forma facultativa.
- b) O cônjuge separado de fato jamais será considerado dependente para fins previdenciários.
- c) Os dependentes de segurado são classificados em duas classes distintas, conforme o grau de parentesco.
- d) O menor tutelado não possui direito à pensão por morte, por não se enquadrar como dependente.
- e) A existência de dependente em uma classe exclui o direito dos dependentes das classes subsequentes.

68. Assinale a alternativa que expressa um dos princípios ou finalidades fundamentais da Previdência Social brasileira, segundo a Constituição Federal.

- a) Seleção contributiva, mediante critérios etários e profissionais.
- b) Vinculação exclusiva ao regime de capitalização individual.
- c) Universalidade da cobertura e do atendimento.
- d) Sustentação exclusiva por tributos indiretos.
- e) Restrição ao acesso de trabalhadores informais.

69. Sobre o conceito de acidente de trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) O acidente de trajeto não é mais considerado como acidente de trabalho após a Reforma da Previdência.
- b) Acidente de trabalho somente se caracteriza quando ocorre dentro do ambiente da empresa.
- c) Considera-se acidente de trabalho a doença profissional adquirida em razão da atividade exercida.
- d) O segurado facultativo também tem cobertura para acidente de trabalho.
- e) A lesão causada por culpa exclusiva da vítima é sempre excluída da definição legal.

70. Assinale a alternativa correta sobre os benefícios por incapacidade no RGPS.

- a) O auxílio por incapacidade temporária exige carência de 24 contribuições mensais em qualquer hipótese.
- b) A aposentadoria por incapacidade permanente pode ser requerida diretamente por dependentes.
- c) O trabalhador temporário não possui direito a nenhum benefício por incapacidade.
- d) O auxílio por incapacidade temporária é devido ao segurado incapacitado para o trabalho por mais de 15 dias.
- e) A aposentadoria por incapacidade permanente exige sempre exame pericial a cada dois anos.

71. Segundo a Constituição Federal, é correto afirmar sobre Previdência que:

- a) O Regime Geral de Previdência Social deve adotar, obrigatoriamente, o regime de capitalização.
- b) O Regime Geral de Previdência Social será organizado com base no princípio do caráter contributivo.
- c) O Regime de Previdência Complementar substitui o RGPS para servidores públicos.
- d) A previdência complementar é obrigatória para todos os trabalhadores do setor privado.

e) A previdência complementar será custeada exclusivamente pelo empregador.

72. “A goiana Bruna Dornelas não lembra como era a vida antes de ter a perna amputada, aos 4 anos, em virtude de um acidente de carro que culminou na morte de sua mãe. “Nosso carro bateu em alguma coisa na pista e, na colisão, meu pé foi esmagado. Nunca quis questionar o que aconteceu ou encontrar culpados. Fui levada para o hospital às pressas e quando fiquei estável, encaminhada para a rede Sarah. Entre idas e vindas, foram 16 anos lá dentro. Fazendo fisioterapia, trocando as próteses. Me sinto privilegiada por ter tido acesso à instituição e aos profissionais”, recorda. (...) Hoje, além de integrar a equipe de marketing de uma marca de cervejas, trabalha como modelo e ajuda a empoderar outras pessoas. “Cada um tem seu tempo, sua aceitação. Mas é importante que ela chegue um dia. Não deixo de ir à academia, de fazer uma trilha, de entrar na cachoeira. Parei de me perguntar ‘por que comigo’. Tenho noção de que só tenho uma vida e que não estou disposta a gastá-la me lamentando”, resume.”

Reportagem site Metrópoles – disponível em <https://www.metrópoles.com/vida-e-estilo/comportamento/deficientes-fisicos-veja-quatro-emocionantes-historias-de-superacao>

A respeito da aposentadoria da pessoa com deficiência no Regime Geral de Previdência Social, é correto afirmar:

- a) A lei não prevê diferença de requisitos para pessoas com deficiência.
- b) A deficiência apenas dá direito a aposentadoria por incapacidade.
- c) A pessoa com deficiência só pode se aposentar por idade, e não por tempo de contribuição.
- d) A lei prevê critérios diferenciados de idade diferenciado, qual seja, mulheres aos 55 anos e homens aos 60 anos de idade.
- e) É obrigatória a invalidez permanente para concessão de aposentadoria a deficientes.

73. Para ter direito aos benefícios previdenciário se faz necessário, dentre outros quesitos, observar a qualidade de segurado. Assinale a alternativa correta sobre a qualidade de segurado no RGPS.

- a) A qualidade de segurado só pode ser perdida por decisão judicial.
- b) O trabalhador desempregado perde imediatamente a qualidade de segurado.
- c) O segurado mantém a qualidade por até 12 meses após cessar as contribuições, podendo ser prorrogado em algumas hipóteses.
- d) Após a perda da qualidade de segurado, é possível receber benefício retroativo.
- e) A qualidade de segurado é permanente, independentemente de contribuições.

74. A reabilitação profissional e o serviço social prestados pela Previdência Social têm por objetivo:

- a) Preparar o segurado exclusivamente para aposentadoria antecipada.
- b) Substituir a assistência médica prestada pelo SUS.
- c) Proporcionar os meios para reinserção do segurado no mercado de trabalho e integração à vida comunitária.
- d) Evitar o pagamento de benefícios de prestação continuada.
- e) Promover exclusivamente ações educativas aos dependentes.

75. Com relação ao benefício do auxílio reclusão e pensão por morte, assinale a assertiva INCORRETA:

- a) A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não.
- b) A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação.

c) O auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado considerado baixa renda, recolhido à prisão, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.

d) O beneficiário do auxílio reclusão deverá apresentar semestralmente atestado de que o segurado continua detido ou recluso para a manutenção do auxílio-reclusão

e) É devido auxílio-reclusão aos dependentes do segurado quando não houver salário-de-contribuição na data do seu efetivo recolhimento à prisão, desde que mantida a qualidade de segurado.

76. Após 4 anos de trabalho contínuo na empresa XXC, Clara pediu demissão do emprego. Quinze meses depois, ainda desempregada, Clara foi diagnosticada com uma severa infecção urinária e necessitou de 20 dias de repouso absoluto. Considerando a situação retratada e a legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

a) Clara terá direito ao auxílio por incapacidade comum, porque se encontra no período de graça e continua desempregada.

b) Não haverá direito ao benefício, porque, apesar de estar no período de graça, a dispensa ocorreu a pedido da segurada.

c) Não haverá direito ao benefício, porque o Clara já não possui qualidade de segurada.

d) Clara terá direito ao auxílio por incapacidade comum, mas apenas com a metade do valor.

e) Não haverá direito porque o sistema é contributivo e, a partir do momento em que a pessoa deixa de recolher INSS, perde o direito à proteção previdenciária.

77. Quanto aos benefícios da Previdência Social, analise as afirmativas a seguir:

- I – O menor sob guarda poderá ser equiparado ao filho para fins previdenciários
- II - A filiação dos segurados obrigatórios decorre do exercício de atividade vinculada ao Regime Geral de Previdência Social e independe de contribuição. Quanto ao segurado facultativo, sua filiação é ato volitivo e depende de inscrição e do pagamento da primeira contribuição.
- III - O salário-maternidade é benefício previdenciário concedido apenas às seguradas do RGPS.

Estão corretas:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) Todas estão corretas
- e) Todas estão incorretas

78. Para fazer jus ao benefício da aposentadoria especial o segurado precisa comprovar, entre outros requisitos, o tempo de trabalho permanente sob condições insalubres, apresentar o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), e o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).

Segundo a legislação em vigor, considera-se tempo de trabalho permanente aquele que é exercido de forma não ocasional, nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja

- a) indiretamente relacionada com a exposição ao risco ocupacional.
- b) consequente aos riscos ambientais indevidamente controlados ou inibidos com uso de EPI's
- c) resultante de elementos cancerígenas
- d) indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.
- e) originado a partir da má qualidade de equipamentos de segurança

EIXO TEMÁTICO 5

LEGISLAÇÕES RELATIVAS À SAÚDE E À SEGURANÇA DO TRABALHO

Lígia Carneiro Fernandes

79. O SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal) é uma iniciativa do governo federal brasileiro, instituída pelo Decreto nº 6.833 de 2009, que tem como função principal coordenar e integrar as ações e programas relacionados à saúde e segurança do trabalho dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional. São suas principais funções:

- a) Assistência à saúde, perícia oficial em saúde e promoção, prevenção e acompanhamento da saúde.
- b) Perícia oficial em saúde, sistemas de informação em saúde, indicadores de qualidade
- c) Segurança dos dados, sigilo e assistência à saúde
- d) Prevenção e acompanhamento da saúde, perícia oficial e sigilo
- e) Indicadores de qualidade, prevenção e acompanhamento da saúde e segurança dos dados.

80. No contexto da Higiene Ocupacional, a classificação de riscos no ambiente de trabalho é fundamental para identificar, avaliar e controlar agentes que podem causar danos à saúde dos trabalhadores. São considerados riscos físicos:

- a) calor e poeira
- b) Ruídos e gases
- c) Vírus e vibrações
- d) Movimentos repetitivos e jornada de trabalho prolongado
- e) Vibrações e ruídos

81. No contexto da higiene ocupacional, o processo de gerenciamento de riscos ambientais segue uma sequência lógica de etapas. A etapa que precede as demais, e que tem como objetivo identificar potenciais riscos à saúde do trabalhador, ainda na fase de projeto ou planejamento de novos processos, é conhecida como:

- a) Avaliação
- b) Reconhecimento
- c) Antecipação
- d) Controle
- e) Monitoramento

82. Segundo a Lei 6.367/1976, equiparam-se ao acidente do trabalho, exceto:

- a) a doença profissional ou do trabalho, assim entendida a inerente ou peculiar a determinado ramo de atividade e constante de relação organizada pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS);
- b) o acidente que, ligado ao trabalho, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte, ou a perda, ou redução da capacidade para o trabalho.
- c) o acidente sofrido pelo empregado no local e no horário do trabalho, em consequência de ato de pessoa privada do uso da razão.
- d) acidente sofrido pelo empregado ainda que fora do local e horário de trabalho na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa;
- e) o acidente sofrido pelo empregado no percurso da residência para o trabalho, mas não deste para aquela.

83. A empresa ou o empregador doméstico deverão comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o _____ seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, _____, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário de contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social.

- a) terceiro dia útil / de imediato
- b) primeiro dia útil / de imediato
- c) 24 horas / até o segundo dia útil
- d) quinto dia útil / até o primeiro dia útil
- e) primeiro dia útil / de imediato

84. As doenças relacionadas ao trabalho que são produzidas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho peculiar a determinadas atividades, em função do risco específico direto são classificadas como:

- a) Doença ocupacional ou mesopatia
- b) Doença profissional ou tecnopatia
- c) Doença profissional atípica ou ergopatia
- d) Doença do trabalho ou ocupacional
- e) Doença do trabalho ou doença profissional típica

85. Qual das seguintes ações é considerada a principal forma de prevenção para as Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT)?

- a) Aumentar a jornada de trabalho para cumprir prazos.
- b) Ignorar a postura corporal durante a realização de tarefas.
- c) Realizar pausas periódicas, alongamentos e ter uma postura ergonômica.
- d) Manter o ambiente de trabalho com iluminação baixa para evitar fadiga visual.
- e) Focar apenas em uma única tarefa repetitiva durante todo o dia.

86. Qual das alternativas a seguir apresenta apenas sintomas não-auditivos que podem estar associados à Perda Auditiva Induzida por Ruído (PAIR)?

- a) Dificuldades no entendimento de fala e transtornos neurológicos.
- b) Zumbido e alterações do sono.
- c) Alterações do sono e transtornos digestivos.
- d) Sensação de audição “abafada” e transtornos vestibulares.
- e) Perda auditiva e transtornos da comunicação.

87. Dermatoses ocupacionais são qualquer alteração da pele, das mucosas e de seus anexos (como unhas e cabelos) que seja causada, mantida, agravada ou diretamente relacionada ao trabalho. De acordo com as informações sobre as causas da dermatose ocupacional, qual das opções a seguir é considerada uma **causa indireta**?

- a) Atrito.
- b) Radiação.
- c) Predisposição genética.
- d) Calor.
- e) Substâncias químicas irritantes.

A PSICOPATOLOGIA DO TRABALHO

Thayse Duarte

88. A síndrome de burnout está ligada ao esgotamento ocupacional crônico. Qual das características abaixo compõe esse quadro clínico?

- a) Sentimento de satisfação permanente com os desafios laborais.
- b) Incapacidade de adaptação ao ambiente social e familiar.
- c) Despersonalização e redução da realização profissional.
- d) Aumento da produtividade acompanhado por melhora no humor.
- e) Hipervigilância e euforia constante durante o expediente.

89. A ausência de políticas de prevenção de assédio moral no ambiente de trabalho pode levar a:

- a) Fortalecimento da comunicação entre as equipes.
- b) Maior engajamento em projetos estratégicos por pressão hierárquica.
- c) Redução do turnover organizacional.
- d) Risco aumentado de sofrimento psíquico grave.
- e) Aumento da qualidade de vida laboral.

REABILITAÇÃO OCUPACIONAL E READAPTAÇÃO PROFISSIONAL

Mara Ribeiro

90. Em um mesmo município, João (servidor público municipal) sofreu acidente que o deixou com limitação para 60 % das atribuições de seu cargo, e Maria (segurada do INSS) teve diagnóstico de doença ocupacional que a impede de continuar na função anterior. Para cada caso, a atuação correta dos órgãos competentes é, respectivamente:

- a) Readaptar João em cargo compatível, mantendo vencimentos; encaminhar Maria ao Programa de Reabilitação Profissional do INSS, com avaliação de potencial e cursos de qualificação.
- b) Transferir João imediatamente para vacância de outro setor sem manutenção de vencimentos; inscrever Maria em programa de aposentadoria por invalidez.
- c) fastar João para licença médica até completa recuperação e inscrever Maria em curso de reciclagem ofertado pelo empregador.
- d) Aposentar João por invalidez parcial e encaminhar Maria para readaptação funcional em outro cargo público.
- e) Colocar João em disponibilidade até surgir vaga compatível; fornecer a Maria próteses, mas sem oferta de curso ou acompanhamento profissional.

Discursiva 1

A Constituição Federal de 1988 estabelece diretrizes para a organização da Seguridade Social no Brasil, prevendo objetivos que norteiam sua estruturação e funcionamento. Considerando exclusivamente o conteúdo normativo e interpretativo sobre os princípios constitucionais da Seguridade Social, redija um texto dissertativo que atenda, de forma fundamentada e clara, aos seguintes tópicos:

1. Explique o princípio da Irredutibilidade do Valor dos Benefícios, indicando seu alcance e distinção quanto à aplicação nas diferentes áreas da Seguridade Social.
 2. Explícite o conteúdo do princípio da Diversidade da Base de Financiamento, conforme previsto no texto constitucional, e as suas implicações para a sustentabilidade do sistema.
 3. Conceitue o princípio da Solidariedade e demonstre como ele se concretiza na Previdência Social brasileira
-

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

A Lei nº 8.080/1990 dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da saúde, estabelecendo os fundamentos, objetivos, atributos e princípios que estruturam o Sistema Único de Saúde (SUS). Com base no texto legal e na sua organização interna, redija um texto dissertativo que responda, de forma clara e fundamentada, aos seguintes tópicos:

1. Apresente a definição de saúde estabelecida na Lei nº 8.080/1990, indicando a sua relação com os determinantes e condicionantes que interferem no processo saúde-doença;
 2. Indique os objetivos do SUS conforme a Lei nº 8.080/1990, explicando como eles orientam a formulação das políticas públicas de saúde;
 3. Cite os princípios doutrinários e organizativos do SUS e aponte a distinção entre esses dois grupos de princípios.
-

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
